

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 33.807 DISTRITO
FEDERAL**

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : SHANGRI-LA EDUCACIONAL LTDA
ADV.(A/S) : JOÃO MARCELO LIMA PEDROSA
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança **interposto** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **restou consubstanciada** em acórdão assim ementado:

**“PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO
REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. CRIME
AMBIENTAL PRATICADO POR PESSOA JURÍDICA.
IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DE ÓRGÃO
FRACIONÁRIO DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANIFESTA
INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 41/STJ.
AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça não detém competência
para processar e julgar mandado de segurança impetrado de
acórdão de órgão fracionário de Tribunal de Justiça que,
provendo recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério
Público, recebeu denúncia ofertada contra a impetrante, a quem é
atribuído o cometimento de crime ambiental (Súmula 41/STJ).**

2. Agravo regimental desprovido.”

**(MS 21.331-AgR/PB, Rel. Min. NEWTON TRISOTTO
(Desembargador convocado do TJ/SC)**

**Sustenta-se, em síntese, na presente sede recursal, para efeito da
pretendida reforma da decisão ora recorrida, que “(...) o prosseguir da ação
penal na origem esbarra em sua manifesta falta de justa causa e ainda na
analogia in malam parte e na manifesta ofensa ao princípio constitucional da
reserva legal verificada na decisão tomada pela Corte Paraibana que determinou o
recebimento da acusação como se fosse um crime ambiental, pois o fato descrito
NEM DE LONGE representa ofensa aos ditames previstos na Lei 9.605/98 (...)”.**

O Ministério Público Federal, **em promoção** da lavra do eminente Subprocurador-Geral da República Dr. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, **opinou pelo improvimento** do presente recurso ordinário, **fazendo-o em parecer** do qual **destaco a seguinte** passagem:

“O recurso ordinário não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, limitando-se a reiterar os fatos e argumentos expostos na petição inicial. Em casos assim, o Supremo Tribunal Federal entende não ser digno de provimento o recurso:”

Passo a examinar o pleito em causa. E, ao fazê-lo, entendo assistir plena razão à douta Procuradoria-Geral da República, **eis que o presente** recurso ordinário **não** impugna o fundamento **em que se apoia** o acórdão ora questionado.

Isso significa que a parte recorrente, **ao assim proceder, descumpriu** típica obrigação processual *que lhe incumbia atender, pois, como se sabe, impõe-se, ao recorrente, afastar, pontualmente, cada uma das razões invocadas como suporte da decisão recorrida (AI 238.454-AgR/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RMS 22.292/DE, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – RMS 25.129-AgR/DE, Rel. Min. EROS GRAU – RMS 30.975/DE, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.):*

“– Não é suscetível de conhecimento o recurso ordinário interposto de decisão denegatória de mandado de segurança, quando esse meio de impugnação recursal vem desacompanhado das razões do pedido de reforma do acórdão questionado, ou quando, embora presentes as razões recursais, estas não infirmam a motivação do ato decisório proferido, nem guardam qualquer relação de pertinência com o conteúdo material da decisão recorrida.”

(RMS 21.597/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

O descumprimento desse dever jurídico – **ausência** de impugnação **de cada um** dos fundamentos em que se apoia o acórdão recorrido –

conduz, nos termos da orientação jurisprudencial firmada por esta Suprema Corte, ao improvimento do recurso interposto (RTJ 126/864 – RTJ 133/485 – RTJ 145/940 – RTJ 146/320).

Cumpre destacar, por relevante, que o ordenamento positivo brasileiro, ao definir os requisitos de admissibilidade do recurso ordinário em mandado de segurança, **determina** que esse meio de impugnação dos acórdãos proferidos pelos Tribunais atenda a exigência legal que se impõe ao recorrente, **consistente** no dever de motivar o pedido de reforma do acórdão impugnado.

A ausência dessas razões ou, como no caso, a falta de específica impugnação do fundamento que confere suporte jurídico ao acórdão recorrido atuam como causas **obstativas** do próprio conhecimento do recurso ordinário.

Quando as razões recursais revelam-se inteiramente dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida, **limitando-se**, *sem qualquer pertinência com o conteúdo do ato jurisdicional*, **a reiterar** os motivos de fato e de direito invocados ao ensejo da impetração do mandado de segurança, **torna-se evidente a incognoscibilidade** do recurso manifestado pela parte recorrente, que deveria questionar, de modo específico, a motivação subjacente ao acórdão impugnado.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal **tem salientado a necessidade processual** de a parte recorrente, na fundamentação do recurso, **impugnar, de maneira específica, as razões em que se apoia** o ato decisório proferido:

“A jurisprudência do STF tem sistematicamente recusado provimento ao agravo cujas razões não questionam a motivação do ato decisório contra o qual se insurge.”

(MS 21.717-AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU de 05/10/93)

“Na petição de agravo regimental é essencial que sejam afastadas as razões do último despacho atacado, assim como na petição de agravo de instrumento devem ser elididas as razões do despacho presidencial.”

(**RTJ 126/864**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK)

Cabe insistir, neste ponto, **que se impõe** a quem recorre, **como indeclinável** dever processual, **o ônus** da impugnação especificada, **sem o que se tornará inviável** a apreciação do recurso interposto.

Em suma: não se deve conhecer de recurso que não impugne, *fundamentadamente*, como sucede na espécie, os motivos invocados no pronunciamento jurisdicional questionado, tornando-se **insuficiente** a mera renovação, **em sede** de recurso ordinário em mandado de segurança, das razões invocadas como fundamento da impetração que **veio a sofrer** juízo de incognoscibilidade na instância “a quo”.

Sendo assim, e pelas razões expostas **não conheço** do presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator